



Plenário aprova transferência de imóveis do INSS para União

Valor obtido com a venda de 3,8 mil unidades, estimado em mais de R\$ 6 bilhões, será usado para amortizar dívidas de fundo previdenciário com o Tesouro Nacional

A medida provisória que transfere para a União 3,8 mil imóveis do INSS foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado. Os imóveis, no valor estimado de mais de R\$ 6 bilhões, serão administrados pela Secretaria de Patrimônio da União e servirão para reduzir o déficit previdenciário com a amortização das dívidas do Fundo do Regime Geral da Previdência Social com o Tesouro Nacional.

A MP também extinguiu o Fundo Contingente da extinta Rede Ferroviária Federal e liberou cerca de R\$ 1,4 bilhão em imóveis, que poderão ser alienados, doados ou cedidos. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

Entre Jayme Campos (E), Chico Rodrigues (em pé) e Eduardo Braga (D), o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, comanda a sessão que aprovou a MP

População aprova escolas militarizadas, diz Vélez Rodríguez

Para o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, a população aprova a militarização voluntária das escolas

e os alunos se sentem mais seguros nesse tipo de instituição. A afirmação foi feita em audiência pública ontem

na Comissão de Educação.

Alguns senadores, no entanto, se colocaram contra a medida e avaliaram que o

MEC precisa investir primeiro em melhorias estruturais, como formação continuada de professores. **4**

Senado fixa prazo para Câmara decidir sobre CPI de Brumadinho

Reunidos com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, os líderes de partidos decidiram fixar prazo até 11 de março para que a Câmara instale a CPI mista de Brumadinho. Se isso não acontecer, os senadores pretendem instalar uma CPI só do Senado.

Na reunião também ficou definido que o Senado fará, entre 13 e 14 de março, uma sessão temática no Plenário, com o ministro da Fazenda, Paulo Guedes, para debater a reforma da Previdência. **2**



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Ricardo Vélez Rodríguez (E) em debate com senadores: o ministro defendeu a manutenção de cotas raciais e sociais para democratizar o acesso ao ensino superior

Ações de proteção à mulher podem ser votadas hoje **4**

Colegiado se reúne para discutir crise na Venezuela **4**

Duas comissões permanentes têm novos dirigentes **2**

Novo presidente do Banco Central passa pelo crivo dos senadores

Roberto Campos Neto será o novo presidente do Banco Central. O nome foi aprovado ontem, em Plenário. Também foi aprovada a indicação de Flávia Perlingeiro para compor a direção da Comissão de Valores Mobiliários. Mais cedo, os nomes foram aprovados na Comissão de Assuntos Econômicos. **3**

Governo vai investir em ferrovia, afirma ministro

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, disse ontem, em audiência no Senado, que o governo pretende dobrar a participação das ferrovias no sistema de transporte de carga do país. Ele também informou que está previsto para 15 de março o leilão de concessão, por 30 anos, de 12 aeroportos, divididos em três blocos: Mato Grosso, Nordeste e Sudeste. Segundo Freitas, até o fim do governo Bolsonaro todos os aeroportos serão concedidos. **4**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Freitas anunciou ainda concessão de trechos de rodovias em nove estados



Jonas Pereira/Agência Senado

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (C), comanda a reunião de líderes que debateu a criação da CPI

Senado dá prazo para Câmara instalar CPI de Brumadinho

Líderes decidiram em reunião que vão aguardar até 11 de março para deputados indicarem nomes para comissão mista de inquérito. Caso isso não ocorra, senadores devem pôr em funcionamento CPI da Casa

OS LÍDERES PARTIDÁRIOS do Senado deram um prazo até 11 de março para que a Câmara dos Deputados instale a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Brumadinho. Caso contrário, os senadores pretendem pôr em funcionamento no Senado uma CPI para investigar as causas da tragédia provocada pelo rompimento de barragem da mineradora Vale, ocorrida há um mês, e que provocou mais de 300 vítimas, entre mortos e desaparecidos. O anúncio foi feito ontem pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), após reunião de líderes.

— É fundamental que a Câmara se resolva o quanto antes e consiga as assinaturas para a instalação de uma comissão mista. Por parte do Senado, a CPI já está pronta. Definiu-se dar um prazo para ver se a Câmara avança. É o tempo

em que aqui no Senado serão concluídas as indicações para, se a Câmara não o fizer, termos uma comissão parlamentar. O fundamental, em tema delicado como esse, não é a disputa por protagonismo, mas uma

comissão parlamentar de inquérito que dê resultados. Mas é necessário que a Câmara avance, chegue a um acordo e entregue as assinaturas para a sua CPI. Isso é urgente e necessário.

Sessão temática vai debater reforma da Previdência com Paulo Guedes

Na reunião de líderes com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, foi definida a agenda para debater a reforma da Previdência e o pacto federativo nas primeiras semanas de março. Entre os dias 13 e 14, haverá uma sessão temática no Plenário da Casa para que o ministro da Economia, Paulo Guedes, exponha as diretrizes econômicas do governo.

Na semana seguinte, está

previsto um debate com os 27 governadores, representantes da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e prefeitos das capitais para discutir o pacto federativo e temas como a cessão onerosa do pré-sal. Também deverão participar da reunião, a ser realizada no Salão Negro do Congresso, líderes e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

Missão na fronteira é humanitária, diz general Pujol

Ao sair de encontro ontem com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, o comandante do Exército, general Edson Pujol, reiterou a posição do Brasil e do Grupo de Lima pela não intervenção militar na Venezuela.

— Felizmente os ânimos se acalmaram. Todos queremos a paz, ninguém quer confusão.

A decisão de não haver ação militar internacional na Venezuela foi tomada na segunda-feira pelo grupo de países americanos que acompanha de perto a crise. O Brasil foi representado pelo vice-presidente, Hamilton Mourão. Já foi convocada uma reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU.

Edson Pujol disse, contudo, que o Exército permanecerá na fronteira:

— Estamos lá para duas missões. A primeira é a nossa operação de acolhida dos refugiados, que vai continuar. A segunda é a garantia da lei e da ordem, numa operação pedida pelo governo do estado de Roraima.

Rodrigo Pacheco será vice-presidente da Comissão de Transparência

Rodrigo Pacheco (DEM-MG) foi eleito ontem vice-presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

Logo depois, os senadores aprovaram dois requerimentos. O primeiro convoca audiência pública para investigar os abalos que têm atingido o bairro do Pinheiro, em Maceió. Segundo o autor, o presidente da CTFC, Rodrigo Cunha (PSDB-AL), cerca de 30 mil moradores estão apre-

ensivos com rachaduras que apareceram em ruas e imóveis.

O segundo, de Mara Gabrielli (PSDB-SP), solicita a criação de subcomissão para avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e de combate à corrupção.

Rodrigo Cunha informou ainda que a comissão continua mantendo contato com o ex-ministro Gustavo Bebianno, para que ele preste esclarecimentos sobre suspeitas de financiamento de candidaturas laranja pelo PSL.

Comissão Senado do Futuro já tem novos dirigentes para o biênio 2019-2020

A Comissão Senado do Futuro (CSF) elegeu ontem os senadores Mecias de Jesus (PRB-RR) e Zequinha Marinho (PSC-PA) para presidente e vice-presidente, res-

pectivamente, para o biênio 2019-2020.

Também foi decidido que as próximas reuniões da comissão serão realizadas todas as quintas-feiras, às 11h.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- | | |
|---|---|
| <p>CAS Motorista profissional
9h Entre os 3 itens da pauta, análise do projeto que esclarece definição de motorista profissional.</p> <p>CDH Ampliação da Lei Maria da Penha
9h Análise do PLC 94/2018, que amplia proteção da Lei Maria da Penha. Em seguida, debate sobre combate à violência contra a mulher.</p> <p>CDR Audiência com ministro
9h Audiência sobre as diretrizes do Ministério do Desenvolvimento Regional com o ministro Gustavo Canuto.</p> <p>CRE Venezuela
9h Reunião para debater situação política da Venezuela e relações bilaterais.</p> | <p>CCJ Inquérito policial
10h Pauta com 10 itens, entre eles o PLS 128/2018, que cria o inquérito policial eletrônico.</p> <p>CRA Audiência com ministra
11h Audiência com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, sobre diretrizes da pasta.</p> <p>CMA Segurança de barragens
11h30 Análise do PLS 224/2016, que amplia rigor para segurança de barragens.</p> <p>PLENÁRIO Sessão deliberativa
14h Discussão em primeiro turno da PEC 25/2017, que padroniza na Constituição a denominação de pessoa com deficiência.</p> |
|---|---|

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

- | | |
|--|--|
| Confira a íntegra das sessões no Plenário :  http://bit.ly/plenarioOnline | Confira a íntegra das sessões nas comissões :  http://bit.ly/comissoesOnline |
|--|--|

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

-  **Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>
- **Alô Senado:** 0800 612211
 - **Acompanhe:** Portal e Cidadania: senado.leg.br/cidadania
 - **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 - **TV:** senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora:** Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

- Editora-chefe:** Fernanda Vidigal
Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer
Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Vai à sanção MP que transfere posse de imóveis do INSS para a União

Transferência vai ajudar a reduzir o déficit previdenciário com amortização de dívidas de fundo da Previdência com o Tesouro Nacional

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a medida provisória que transfere para a União 3,8 mil imóveis do INSS. O texto segue agora para sanção presidencial.

Segundo a MP 852/2018, os imóveis serão administrados pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU). A transferência vai ajudar na redução do déficit previdenciário, com a amortização das dívidas do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS) com o Tesouro Nacional. O valor total dos imóveis pode passar de R\$ 6 bilhões.

A MP também extinguiu o Fundo Contingente da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA), liberando cerca de R\$ 1,4 bilhão em imóveis, que poderão ser alienados, doados e cedidos pela SPU para obras de infraestrutura, saúde e educação em municípios ou para programas sociais, como o Minha Casa, Minha Vida. A SPU poderá contratar instituições financeiras oficiais e



Com a transferência, os imóveis do INSS serão administrados pela União

empresas privadas que ficarão responsáveis pela constituição, administração e gestão de fundo de investimento imobiliário a ser composto com propriedades da União.

O relator da MP, Dário Berger (MDB-SC), disse que procurou atender, dentro do possível, as sugestões de deputados e senadores. Uma das alterações estabelece critérios para que parte dos imóveis seja vendida de forma direta, sem licitação. O texto também

abre a possibilidade de que um desconto de 10% no valor do imóvel possa ser oferecido durante o processo de leilão, em caso de ausência de demanda. Também foi aprovado que os gastos efetuados pela União necessários ao recebimento dos imóveis sejam descontados do valor a ser compensado com as dívidas do INSS.

A MP passou com uma alteração em relação ao texto votado na Câmara. Os senadores excluíram do texto final artigo

que autorizava o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) a doar ao estado do Ceará uma área situada no perímetro público irrigado Jaguaribe-Apodi. Segundo o senador Otto Alencar (PSD-BA), trata-se de um assunto alheio ao conteúdo da MP, conhecido popularmente como “jabuti”.

O senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) disse que a impugnação do artigo “vem a calhar”, pois o item não tinha nada a ver com o texto da medida provisória. Já o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, acrescentou que a retirada do artigo foi uma decisão tomada em comum acordo com o colégio de líderes. Os senadores Eduardo Braga (MDB-AM) e Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) também elogiaram o entendimento. Rogério Carvalho (PT-SE), no entanto, discordou dos colegas. Ele disse que a área do Dnocs poderia beneficiar mais de 200 famílias.

Roberto Campos Neto é o novo presidente do Banco Central

Com 55 votos a favor e 6 votos contra, o Plenário aprovou ontem o nome do economista Roberto Campos Neto para presidente do Banco Central (BC). Para diretorias da instituição, foram aprovadas as indicações de Bruno Fernandes e de João Manoel de Mello.

Os três indicados também foram aprovados ontem pela manhã pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) após passarem por sabatina. Agora a aprovação das indicações será comunicada à Presidência da República.

A possibilidade de autonomia do BC foi um dos temas mais abordados pelos 19 senadores que apresentaram questionamentos a Campos Neto. Ele defendeu um arranjo da política monetária que dependa menos das pessoas e mais de regras, e o Brasil, segundo ele, já está maduro para que isso ocorra.

— Em 1999, quando se começou a adoção de um sistema de metas no mundo, a ideia era da independência. Basicamente, hoje o Brasil virou uma jabuticaba, pois tem um sistema de metas comparável aos outros países, mas não tem uma independência. A independência vai nos colocar ao lado de nosso pares no sentido de melhores práticas. Isso vai baratear o custo do crédito e

facilitar a entrada do Brasil em organismos internacionais. Além disso, é uma prática de mercado bastante elaborada em todo o mundo.

Juros

Os altos *spreads* bancários e as elevadas taxas de juros praticadas no cheque especial, no cartão de crédito e nos empréstimos também foram alvo de muitas reclamações dos senadores. *Spread* é a diferença entre a remuneração que o banco paga ao cliente para captar um recurso e o quanto esse banco cobra para emprestar o mesmo dinheiro.

Campos Neto reconheceu que o *spread* no Brasil é alto, mas lembrou que isso não é causado somente pelos lucros dos bancos. Segundo ele, 35% do *spread* vêm da inadimplência; 25% são originados de custos operacionais; 25%, de tributos; e 15%, do lucro.

— O primeiro grande componente é a inadimplência. Quanto a isso, algo tem sido feito: o cadastro positivo. A informação do cliente é dele. Não é do banco. Ele tem a prerrogativa de usar em benefício próprio. No Brasil, de cada um real emprestado, recupera-se 13 centavos e ainda assim num período de quatro anos. Em outros países, recupera-se 60% em um ano e meio.

Aprovada Flávia Perlingeiro para Comissão de Valores Mobiliários

O Plenário aprovou ontem a indicação de Flávia Perlingeiro para diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Foram 56 votos favoráveis, 6 contrários e 1 abstenção. A aprovação será comunicada à Presidência da República.

Na sabatina, em resposta ao relator da indicação, Tasso Jereissati (PSDB-CE), Flávia explicou os impactos da lei que ampliou de R\$ 500 mil para R\$ 50 milhões o teto das multas e punições aplicadas pela CVM.

Ela observou que a norma permite alcançar o dobro do prejuízo causado aos investidores em decorrência do ilícito ou três vezes o montante da vantagem obtida ou prejuízo evitado, o que, em sua avaliação, ajuda a coibir irregularidades.

— É preciso que haja esse teto substancial para que haja

o desincentivo à prática das infrações. Mas, claramente, a questão da dosimetria, da dosagem da pena, vai ser fundamental para que não haja questionamentos.

Criptomoedas

Styvenson Valentim (Pode-RN) perguntou sobre as criptomoedas. No ano passado, a CVM autorizou fundos a investir indiretamente em moedas digitais no exterior. O senador teme que esse seja um caminho facilitador para a lavagem de dinheiro.

— As criptomoedas são negociadas em plataformas que são fiscalizadas pelos reguladores, administradores e auditores independentes desses fundos. Isso pode ser um mitigador desse risco de lavagem, mas estamos todos atentos a essa questão — respondeu Flávia.

RÁPIDAS

PEC PADRONIZA REFERÊNCIA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A PEC que padroniza na Constituição referências a pessoas com deficiência passou ontem pela terceira das cinco sessões de discussão em primeiro turno. A PEC 25/2017 substitui expressões como “pessoa portadora de deficiência” por “pessoa com deficiência”.

FORTALEZA E PARAÍBA PODERÃO FAZER EMPRÉSTIMOS

O Senado autorizou o estado da Paraíba e o município de Fortaleza a contratarem empréstimos no valor de mais de US\$ 120 milhões. Antes as mensagens foram votadas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e agora seguem para promulgação.

Eliziane apoia Força Nacional permanente

Eliziane Gama (PPS-MA) informou ontem que iniciou a coleta de assinaturas para apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) com o objetivo de dar à Força Nacional de Segurança o status de órgão permanente dentro da estrutura de segurança pública nacional. Na visão da senadora, o trabalho ostensivo é essencial no enfrentamento do problema da violência.

— Com a PEC, entendemos a necessidade de ter o órgão como algo permanente, como forma de combater a criminalidade no país — declarou.

Marcos do Val pede anistia para agentes grevistas

Marcos do Val (PPS-ES) tratou ontem do projeto que concede anistia aos policiais militares do

Espírito Santo e do Ceará e aos policiais civis e agentes penitenciários de Minas Gerais que entraram em greve (PL 395/2019).

— É preciso entender seus motivos, quando salários são rebaixados e a sobrevivência de familiares fica ameaçada. Situações de escassez são más conselheiras e podem levar a atos extremos. Estou pedindo para olharmos para o outro lado da questão, que tem inúmeros argumentos em sua defesa.

Pacote anticrime deve valorizar policial, diz Plínio

Plínio Valério (PSDB-AM) disse ontem que o pacote com medidas anticrimes, encaminhado ao Congresso pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, ainda precisa avançar em proposições que reforcem e valorizem o trabalho das polícias.

— Precisamos de uma reforma na legislação penal e de execuções penais, estendendo-se à legislação eleitoral e à Lei de Improbidade. No entanto, só teremos êxito no combate à criminalidade com uma polícia eficiente, treinada, respaldada e motivada.



Roque de Sá/Agência Senado



Roque de Sá/Agência Senado



Roque de Sá/Agência Senado

Ministro Vélez Rodríguez defende militarização voluntária das escolas

Segundo ele, os alunos se sentem mais seguros em instituições militarizadas. O ministro também defendeu as cotas raciais e a universidade pública

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA ontem na Comissão de Educação (CE), o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, defendeu a militarização voluntária das escolas, o auxílio técnico a gestores municipais para que acessem mais verbas federais por meio de parcerias e convênios e um foco maior na profissionalização no ensino médio.

— No que tange às escolas cívico-militares, elas têm tido a aprovação da população e dos estudantes onde vêm sendo aplicadas. Os alunos se sentem mais seguros. É um erro avaliar que se sentem tolhidos. Os jovens gostam de disciplina, e o crime organizado some quando vê que há militares participando da gestão. O importante é ganhar o coração do alunado — disse o ministro.

A militarização escolar também foi defendida pelo senador Styvenson Valentim (Pode-RN). Mas foi vista como insuficiente por outros senadores, como Fabiano Contarato (Rede-ES) e Alessandro Vieira (PPS-SE), para quem a educação pública enfrenta desafios estruturais, orçamentários e de gestão muito mais complexos, para os quais a militarização não oferece respostas. Na avaliação deles,



Vélez Rodríguez (2º à esq.) e o presidente da CE, senador Dário Berger

a solução passa pela preparação contínua dos professores, a melhoria da qualidade do ensino e mais investimentos em infraestrutura, áreas para as quais o governo ainda deve medidas concretas.

Universidade pública

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) questionou o ministro sobre as dificuldades orçamentárias enfrentadas nos últimos anos pelas universidades públicas.

— Com a crise financeira dos últimos anos, ficou difícil manter as dotações da época de bonança. O desafio é melhor gerir o patrimônio sem privatizar. Uma alternativa é otimizar o rendimento. A relação professor-aluno ainda é folgada no Brasil, está em 1 para 7 até 1 para 11. No setor privado, por exemplo, é 1 para

20, enquanto em países como Estados Unidos, Alemanha e França, chega a 1 para 50.

Vélez Rodríguez também defendeu a manutenção do sistema de cotas raciais e sociais como uma forma de democratizar o acesso ao ensino superior, enquanto não melhorar a qualidade da educação básica no país.

Zenaide Maia (Pros-RN) reclamou que desde o ano passado o governo impede que os cursos de medicina ampliem suas ofertas de vagas nos próximos anos. Vélez Rodríguez explicou que a medida foi adotada para que a qualidade dos cursos seja analisada, mas garantiu que, em contrapartida, pretende acelerar o reconhecimento de diplomas de médicos brasileiros formados em outras nações latino-americanas.

Senadores criticam pedido de filmagem de estudantes

O e-mail enviado na segunda-feira por Vélez Rodríguez para escolas em todo o país, pedindo que alunos fossem filmados cantando o Hino Nacional e repetindo o slogan de campanha de Bolsonaro, “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”, foi criticado por senadores na audiência. O ministro admitiu que o uso do slogan foi um erro e que as filmagens só poderão ser feitas se autorizadas pelos pais.

Para Lasier Martins (Pode-RS), filmar crianças e usar o slogan governamental “é descabido”. Alessandro Vieira e Daniella Ribeiro (PP-PB) criticaram o viés ideológico do pedido.

Fabiano Contarato pediu a diretores e professores que filmem seus contracheques e a ausência de infraestrutura nas escolas.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que a ação se caracterizaria como crime de responsabilidade e fere a Constituição.

Para Humberto, titular ignorou temas essenciais

Humberto Costa (PT-PE) disse que o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, é despreparado para o cargo. O senador criticou a participação do ministro ontem em audiência na Comissão de Educação e a iniciativa do ministério de convocar as escolas a filmar alunos cantando o Hino Nacional:

— De tão surreal, só pode ser mais uma manobra diversionista desta gestão para desviar o foco de temas urgentes e essenciais sobre quais o ministro tem silenciado.



Roque de Sá/Agência Senado

Jorge Kajuru cita especialista em Previdência

Jorge Kajuru (PSB-GO) destacou ontem o pensamento da professora Júlia Lenzi sobre a reforma da Previdência.

O senador lembrou que para tratar do assunto tem ouvido especialistas e tem citado todos.

Ele disse que falou o nome da professora no pronunciamento de segunda-feira, embora setores da imprensa o tenham acusado de plágio.

— Vou usar uma frase de Clarice Lispector: “Eu sei exatamente o meu tamanho, nem para menos nem para mais” — afirmou.



Roque de Sá/Agência Senado

Governo quer dobrar participação de ferrovias em transporte de cargas

Em audiência ontem na Comissão de Infraestrutura (CI), o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, disse que o governo pretende promover uma revolução no transporte de cargas no país, dobrando a participação das ferrovias.

Diversos senadores questionaram o ministro, principalmente em relação a demandas de seus respectivos estados, como pavimentação, duplicação ou restauração de

rodovias federais. O debate foi conduzido pelo presidente da CI, Marcos Rogério (DEM-RO).

O ministro informou que está previsto para 15 de março o leilão de concessão, por 30 anos, de 12 aeroportos, divididos em três blocos: Mato Grosso (4 aeroportos), Nordeste (6 aeroportos) e Sudeste (2 aeroportos). Segundo Freitas, até o final do governo Bolsonaro todos os aeroportos atualmente sob controle da Infraero serão concedidos.

Ainda em março, de acordo com Freitas, o governo pretende leiloar a concessão, por 25 anos, de três portos em Cabedelo (PB) e um em Vitória. Haverá ainda, também em março, leilão para a concessão, por 30 anos, da Ferrovia Norte-Sul.

Em abril, acrescentou o ministro, haverá leilão de seis terminais portuários paraenses. Até 2020, segundo ele, haverá leilões para concessão à iniciativa privada de trechos

de rodovias em Rondônia, Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Tocantins, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. O ministro também elencou diversas obras públicas em todo o país que o governo pretende entregar nos próximos anos.

Wellington Fagundes (PR-MT), Jayme Campos (DEM-MT) e Selma Arruda (PSL-MT) cobraram do governo a extensão, até Cuiabá, da ferrovia que chega a Rondonópolis (MT).

Colegiado vota texto que amplia medidas protetivas para mulheres

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) deve votar hoje projeto que autoriza policiais ou juízes a aplicarem medidas protetivas de urgência para impedir violência contra mulheres ou seus dependentes (PLC 94/2018). Em caso de risco iminente à vida ou à integridade física por parte do marido ou do pai, o agressor poderá ser imediatamente afastado da casa ou do local de

convivência pelo juiz, delegado ou agente policial.

Logo depois, a CDH debate o combate à violência contra a mulher, como parte do ciclo A Violência no Brasil.

Participam da audiência representantes do governo, a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, e a representante do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, Soraia Mendes, entre outros.

Comissão de Relações Exteriores debate hoje a crise na Venezuela

A crise na Venezuela e suas implicações nas relações com o Brasil serão tema de debate na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em reunião extraordinária hoje, às 9h. O fechamento da fronteira da Venezuela com a Região Norte do Brasil, ordenado pelo presidente Nicolás Maduro, e a recusa da ajuda humanitária (solicitada pelo autoproclamado presidente venezuelano Juan Guaidó)

aumentaram a tensão na zona fronteira e motivaram várias manifestações de senadores a favor de uma saída diplomática.

Na reunião da CRE de 21 de fevereiro, o presidente do colegiado, Nelsinho Trad (PSD-MS), elogiou a parceria entre Brasil e Estados Unidos no envio de ajuda humanitária à Venezuela e destacou a “crise social e econômica sem precedentes” no país vizinho.

Paulo Paim pede criminalização da homofobia

Paulo Paim (PT-RS) parabenizou ontem o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello pelo voto a favor da criminalização da homofobia.

O senador explicou que o voto merece destaque porque representa o início do combate a discriminação da população LGBT.

— O povo tem sofrido com intolerância, preconceito, racismo, perseguição e marginalização. O país não suporta o discurso vazio, posições binárias que só incentivam o ódio e a violência de uns contra os outros.



Roque de Sá/Agência Senado